

## Administração do Desenvolvimento: um estudo no município baiano de Vitória da Conquista entre 1997 e 2012

*Danillo Teles de Britto Bispo<sup>1</sup>*

*Elinaldo Leal Santos<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste artigo, objetivamos analisar a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em Vitória da Conquista, na Bahia, no período entre 1997 e 2012. Para tanto, revisamos os postulados da Administração do Desenvolvimento e da Administração Política. A pesquisa foi conduzida por uma abordagem quanti-qualitativa. Os resultados apontam para o crescimento do PIB e da arrecadação de ISS e IPTU no município. Porém, o baixo desempenho no IDEB evidencia fragilidades na política educacional. A alta taxa de mortalidade infantil, a baixa cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) e a redução do orçamento da saúde são indícios de que a gestão do Partido dos Trabalhadores precisa avançar e passar por mudanças estruturais.

**Palavras-chave:** Administração do Desenvolvimento. Partido dos Trabalhadores. Desenvolvimento Social.

**Abstract:** In this article aimed to analyze the Workers' Party of management in the Municipality of Vitoria da Conquista, between 1997 and 2012. For this

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Pública Municipal (UESB). Bacharel em Economia (UESC). Membro do Grupo de Pesquisa em Administração Política do Desenvolvimento (GPAP/UESB). E-mail: danilloeconomia@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Administração (EAUFBA/UTAD). Mestre em Economia (UFBA). Bacharel em Administração (UESC). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UESB. Membro do grupo de pesquisa Administração Política do Desenvolvimento (GPAP/UESB). E-mail: elinaldouesb@gmail.com

purpose, reviews the Development Management and Policy Administration postulated in the literature. The research was conducted by a Quantitative approach. The results show that the Party's management of Workers there was GDP growth and increased collection of ISS and taxes. However, the poor performance in IDEB, shows some mistakes in education policy. The high rate of infant mortality, low coverage in the Family Health Program (PSF) and the percentage reduction in health expenditure in relation to the municipal budget, demonstrate that the Party's management of workers still needs to advance in structural conditions, given that investments in health are insufficient and was reduced over the management.

**Keywords:** Development Administration. Workers Party. Social Development.

## 1 Introdução

O campo da Administração tem origem no universo das organizações empresariais, com os estudos de Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Henri Fayol (1841-1925). Todavia, não se restringe ao cotidiano dessas organizações, engloba, também, o universo das organizações públicas e societárias (SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, 2014). Na atualidade, a Administração vem descortinando novos horizontes, questionando o *mainstream*, (re)interpretando a realidade social, e incorporando outras possibilidades teóricas, como os Estudos Organizacionais (EOs) e os Estudos Críticos em Gestão (ECG). Com isso, faz emergir novos conceitos disciplinares. São exemplos a Administração Política e a Administração do Desenvolvimento. Esta última tem por finalidade compreender “como” as ações gerenciais promovem mudanças em países, regiões, lugares e/ou organizações de modo a garantir o bem-estar geral da sociedade (SANTOS; SANTANA, 2010, p. 86).

Em suma a Administração do Desenvolvimento propõe analisar o efeito da ação administrativa ao longo do tempo. Tal proposta se aproxima, portanto, do objeto de investigação deste estudo, ou seja, as consecutivas gestões do Partido dos Trabalhadores em Vitória da Conquista, na Bahia.

A permanência prolongada de um partido no comando de um município permite ao gestor público conhecer, com mais propriedade, as condições históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas da sociedade, dando-lhe a possibilidade de alinhar o projeto político-social às necessidades da população. No atual contexto político, essa realidade sofre ameaça de ruptura em função das transformações socioeconômicas. Em Vitória da Conquista, o Partido dos Trabalhadores (PT) está à frente da prefeitura desde 1997, nas seguintes gestões: 1ª Gestão (1997-2000) – Governo Guilherme Menezes; 2ª Gestão (2001-2004) – Governo Guilherme Menezes/José Raimundo Fontes; 3ª Gestão (2005-2008) – Governo José Raimundo Fontes; 4ª Gestão (2009-2012) – Governo Guilherme Menezes; 5ª Gestão (2013-2016) – Governo Guilherme Menezes.

Pensar a gestão em Vitória da Conquista, um dos municípios mais importantes do interior do Norte e Nordeste do Brasil, implica referir-se às sucessivas administrações do Partido dos Trabalhadores nas duas últimas décadas. Sabemos que a gestão pública, por meio do planejamento, tende a conduzir a população ao desenvolvimento econômico e social, mediante distribuição de renda e equidade social. Nesse contexto, questionamos: De que maneira a gestão do PT contribuiu para o desenvolvimento econômico e social de Vitória da Conquista? Para responder a essa pergunta, nosso propósito no decorrer deste trabalho é analisar, com base nos indicadores, o desempenho do município nas seguintes esferas: 1) finanças públicas: receitas, gastos e número de convênios; 2) economia: PIB, perfil da frota e agências bancárias e 3) social: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bolsa família (quantitativo de famílias beneficiadas), taxa de mortalidade infantil, Saúde da Família (percentual da população coberta pelo Programa) e despesas com investimentos/despesa total.

O Partido dos Trabalhadores está no comando de Vitória da Conquista há aproximadamente duas décadas e não existe na literatura um estudo sobre tal gestão. Este trabalho contribui para preencher essa lacuna, para nortear futuras pesquisas na área, bem como para o aperfeiçoamento dos gestores municipais, cuja finalidade é promover serviços públicos

prioritários por excelência. Partindo do objetivo central da investigação, que é examinar a administração do PT em Vitória da Conquista, por meio de indicadores do desenvolvimento municipal, o presente artigo conta, além desta introdução, com a seguinte estrutura: bases teóricas, notas metodológicas, análise dos indicadores e considerações finais.

## **2 Bases teóricas**

Do ponto de vista histórico, o conceito de desenvolvimento vem sendo construído com fundamento em três paradigmas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. A origem dessa palavra está na biologia, significa o processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. Porém, foi na década de 1940 que o desenvolvimento ganhou *status* de objeto científico, com o surgimento da disciplina Economia do Desenvolvimento e, posteriormente, com a Administração do Desenvolvimento. Esta possui origem na ortodoxia do pensamento administrativo, no mundo pós-guerra, precisamente nos planos de recuperação econômica – Plano Marshall, Plano Colombo e Alianças Para o Progresso – e nos desejos dos países ricos em auxiliar tecnicamente os países menos desenvolvidos com programas de ajuda mútua (COOKE, 2004; SANTOS et al., 2016).

De acordo com Santos e Santana (2011), diversas questões sociais necessitam de um foco sistematizado em Administração do Desenvolvimento. Há problemas de gerenciamento em áreas como educação, saúde, segurança, transporte, alimentação, habitação, infraestrutura, nas ações de combate à exclusão social, para citar alguns exemplos. Ainda que esses problemas se apresentem como fenômenos reais de investigação, os estudos no campo da Administração do Desenvolvimento não podem se restringir à abordagem funcionalista e tecnicista da gestão. Esses problemas, muitas vezes, decorrem das omissões político-institucionais. A novidade na discussão sobre a

Administração do Desenvolvimento, é que, depois da crise mundial de 2008, há um consenso no que se refere ao papel do Estado, no processo de desenvolvimento, bem como nas práticas de gestão. Em síntese, a nova gestão de desenvolvimento, requer a participação efetiva da Sociedade, do Estado e do Mercado.

Santos (2001), ao analisar a função de tais agentes na sociedade capitalista, entende que a demanda social resulta das necessidades individuais e coletivas da população, campo de atuação da Economia Política (Sociedade). O planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas refletem no projeto de nação, campo de atuação da Administração Política (Estado). Por vez, a parte técnica e operacional da organização social repercute no sistema produtivo, campo de atuação da Administração Profissional (Mercado). A delimitação da ação dos agentes administrativos (Sociedade, Estado e Mercado), associada ao conceito de temporalidade, constituem os fundamentos básicos para o cumprimento da finalidade maior da Administração Política do Desenvolvimento, ou seja, o bem-estar da sociedade. Contudo, o cumprimento dessa finalidade é inatingível, em razão da descontinuidade administrativa no processo de implementação do projeto de nação, pois, governos diferentes ou, até mesmo, governos de uma mesma base político-ideológica, desconsideram o contrato social firmado com os governos anteriores, ocasionando, dessa forma, a descontinuidade administrativa do projeto de nação.

Ora, essa maneira de pensar é inapropriada para uma sociedade democrática e plural. Para contornar essa anomalia gerencial, Santos (2001), compreende que a continuidade administrativa parte da noção de temporalidade, a qual se estabelece em duas dimensões: a primeira da temporalidade administrativa, burocrática, normativa, associa-se ao tempo do mandato do indivíduo eleito, conforme as regras em vigor, para gerenciar uma empresa, um sindicato, um partido político, uma cidade, uma nação. Ao final do mandato, o indivíduo (ou partido político) deixará o comando da instituição, até então sob sua responsabilidade, e será sucedido por outro com a mesma fundamentação técnico-ideológica

ou não. A segunda dimensão da temporalidade é a teórica, que não se associa ao tempo regulamentar do mandato, mas ao período necessário à execução da finalidade: promover o bem-estar da humanidade.

Anselmo (2013) ressalta que, para desempenhar bem as funções que lhe são inerentes, a administração municipal deve estar em condições de gerenciar os recursos. Para tanto, necessita de estruturas tecnológicas e humanas bem qualificadas. De acordo com Mendes e Resende (2008), além das questões legais, o governo, por aquilo que lhe é intrínseco, possui papel relevante no que se refere à criação de mecanismos que promovam o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma sociedade.

Após décadas de tentativa de promover o crescimento econômico, passou-se a levar em consideração que este por si não é suficiente. Nos dias atuais, a preocupação é saber o impacto desse crescimento na vida das pessoas, se os incrementos no produto e na renda estão sendo utilizados e direcionados para promover o desenvolvimento humano (KROETZ et al., 2010). Em outras palavras, o crescimento econômico não faz sentido se não conseguir provocar o desenvolvimento humano (social), que pode ser entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um determinado país ou região. Assim, para alcançar o desenvolvimento pleno e sustentável, é necessário reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. Seja qual for a concepção, o desenvolvimento deve conjugar o crescimento econômico a melhores condições na qualidade de vida. Em suma, as transformações na composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores econômicos devem estar a serviço da melhoria nos indicadores de bem-estar econômico e social.

A questão da distribuição de renda é, sem dúvida, o tema mais discutido hoje no Mundo. Para resgatar esse debate, a Administração Política, em um diálogo constante com outras áreas do conhecimento (economia, sociologia e ciência política), é chamada para evidenciar os problemas com que a sociedade brasileira se depara nos dias atuais. Porém, é importante considerar não apenas a realidade brasileira, mas os dados estatísticos recentes do Banco Mundial, que apontam um incontestável

processo de concentração interpessoal e internacional de renda nos últimos anos. O último relatório do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, denuncia a falência do modelo, quando reconhece que apenas 85 pessoas (magnatas do mercado financeiro) no mundo detêm 46% de toda a riqueza produzida no planeta (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014). Com base nos postulados da Administração Política, aqui entendida como a gestão socialmente construída (projeto de nação) e da Administração do Desenvolvimento, como subcampo da administração voltado para análise da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo de uma dada sociedade, objetivaremos compreender o efeito da gestão do Partido dos Trabalhadores no processo de desenvolvimento da sociedade de Vitória da Conquista, objeto de investigação deste trabalho.

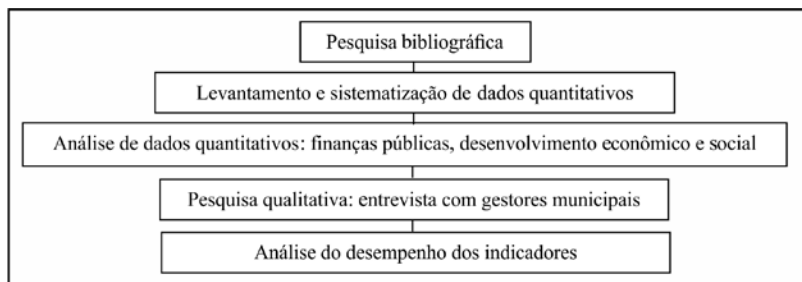
### **3 Notas metodológicas**

Para a realização da pesquisa foram empregadas duas abordagens: a primeira, a quantitativa, permitiu a sistematização e a apresentação dos dados por meio de métodos estatísticos simples e análise descritiva. A técnica utilizada foi a variação percentual, que ajuda a compreender melhor o desempenho dos indicadores em questão. A segunda abordagem, a qualitativa, trata da análise de entrevistas semiestruturadas, as quais abordam questões sociais, políticas e econômicas. Participaram das entrevistas quatro representantes da atual gestão do PT (Governo Guilherme Menezes/2013-2016), a saber:

- Chefe de Gabinete da Prefeitura – Sr. Marcio Higino Meira de Melo
- Secretário Municipal de Educação – Sr. Ricardo Santos Marques Carrera
- Inspectora de Rendas – Sra. Marivone Ribeiro Vieira Batista
- Gerente do Programa Bolsa Família – Sr. Jaimilton Fernandes Santos

A metodologia deste estudo está representada na Figura 1:

**Figura 1** – Diagrama da metodologia.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Fez parte da metodologia a análise do modelo de gestão municipal desenvolvido pelo Centro de Estudos em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (2010), cuja finalidade é apoiar o desenvolvimento local e territorial com equidade, ou seja, um desenvolvimento econômico que promove o desenvolvimento social e a redução da pobreza e das desigualdades. Esse modelo baseia-se em três dimensões: primeiro, os recursos podem ser utilizados para gerar ações de interesse público. Segundo, define-se a alocação dessas ações: na atividade econômica local, na infraestrutura local e em áreas que ajudam o desenvolvimento. Terceiro, verificam-se os impactos dessas atividades no desenvolvimento social, na qualidade de vida das pessoas e na redução das desigualdades. Para atender aos objetivos propostos na presente pesquisa, destacamos no Quadro 1 os indicadores acerca da gestão do desenvolvimento:



**Quadro 1** – Indicadores da Gestão do Desenvolvimento de Vitória da Conquista.

<b>EIXO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>INDICADOR</b>
Finanças públicas	Receita local	<b> IPTU, ISS</b>
	Transferências	Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Manutenção, Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Fundo Nacional de Saúde (FNS).
	Gasto municipal	Despesas por funções: Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento.
	Convênios	Número de convênios firmado nas esferas estadual e federal.
<b>EIXO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>INDICADOR</b>
Desenvolvimento econômico	Atividade econômica formal	PIB
		PIB (setores econômicos)
		Perfil da frota
		Agências bancárias
<b>EIXO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>INDICADOR</b>
Desenvolvimento social	Educação	IDEB - Ensino Fundamental
	Renda familiar	Bolsa Família
	Saúde	Mortalidade infantil
		Programa Saúde da Família (% da população coberta pelo programa)
		% Despesas com investimentos/despesa total

Fonte: Modelo de quadro de indicadores de desenvolvimento local com equidade em municípios de pequeno porte – Como utilizar a plataforma básica. Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV (2010). Adaptado pelos autores.

A consulta dos dados foi realizada no site oficial da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), e da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. As informações utilizadas para o estudo em questão são anuais e correspondem ao período entre 1997 e 2012.

## 4 Finanças públicas

No período de 2002 a 2012, houve crescimento da receita de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A variação acumulada ao longo da gestão do Partido dos Trabalhadores é, respectivamente, na ordem de 140,19% e 198,45%, um crescimento expressivo, se considerada a crise econômica mundial de 2008. Uma análise do volume financeiro na Tabela 1 mostra que o ISS tem maior representatividade na composição das receitas municipais, e isso se deve ao dinamismo econômico de Vitória da Conquista.

**Tabela 1** – Arrecadação de IPTU e ISS de Vitória da Conquista, no período compreendido entre 2002 e 2012.

Período	IPTU (mil)	Variação (%)	Variação Acumulada (%)	ISS (mil)	Variação (%)	Variação Acumulada (%)
2002	R\$ 2.745,28	-	-	R\$ 6.514,79	-	-
2003	R\$ 2.927,44	6,64	6,64	R\$ 7.006,03	7,54	7,54
2004	R\$ 2.971,95	1,52	8,16	R\$ 9.062,28	29,35	36,89
2005	R\$ 3.093,05	4,08	12,23	R\$ 10.182,40	12,36	49,25
2006	R\$ 3.944,63	27,53	39,76	R\$ 11.391,18	11,87	61,12
2007	R\$ 5.186,09	31,47	71,23	R\$ 14.028,41	23,15	84,27
2008	R\$ 6.013,38	15,95	87,19	R\$ 15.182,39	8,23	92,50
2009	R\$ 6.764,14	12,48	99,67	R\$ 17.113,35	12,72	105,22
2010	R\$ 7.719,06	14,12	113,79	R\$ 24.540,49	43,40	148,62
2011	R\$ 8.575,82	11,10	124,89	R\$ 30.305,71	23,49	172,11
2012	R\$ 9.887,70	15,30	140,19	R\$ 38.288,73	26,34	198,45

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2014).

Obs.: Os dados de 1997 a 2001 estão indisponíveis.

Para uma melhor compreensão acerca da evolução da arrecadação no município de Vitória da Conquista, entrevistou-se a Inspectora de Rendas da Prefeitura, Sra. Marivone Ribeiro Vieira Batista, que comentou a respeito da arrecadação de impostos na gestão do PT na Prefeitura Municipal. São palavras da entrevistada:

A política que a administração municipal quando o PT assumiu foi de melhorar os mecanismos de arrecadação através de incremento

de receita, e dessa forma foi implementado algumas medidas para aumentar a arrecadação. Em 2000 foi um plano com recursos do BNDES para implementar a própria Secretaria de Finanças, ampliá-la, equipá-la, colocar mecanismos, tipo carro, a infraestrutura que nós não tínhamos, nós trabalhávamos em outro prédio bem menor, a parte de tecnologia que foi implementada, então assim, foram alguns processos implementados no decorrer dos anos para melhorar toda arrecadação, até a própria a legislação, leis encaminhadas para a Câmara para melhorar o código tributário, foi refeito o código tributário no decorrer dessa administração com novas medidas de arrecadação, com novos descontos, até novas penalidades, então de certa, tudo para melhorar a arrecadação municipal. Então nós tivemos concurso público que melhorou a máquina pública, nesse decorrer dos anos nós já estamos no segundo concurso, que melhorou o aprimoramento do pessoal, foi contratado pessoas mais capacitadas, com melhores cursos pra atuar nas diversas áreas de arrecadação. Então nós tivemos uma dívida ativa também incrementada com mais ajuizamentos, mais ações de execução fiscal, tivemos na gerência de execução fiscal contratos com empresas para nos auxiliar nos diversos tributos, o leasing por exemplo, bancos, tudo de a forma melhorar a arrecadação e trazer mais recursos para o município. [...] incentivo para o pessoal poder estudar mais, para aprender mais, tanto que foi criado até um convênio de bolsas com algumas faculdades para que as pessoas pudessem melhorar a nível de conhecimento, o saber foi uma peça importante nessa administração. Então nós tivemos uma gama de mecanismos que nos impulsionaram a sair de uma arrecadação tão pequena quanto tínhamos em 1997 para a arrecadação que nós tempo hoje (BATISTA, 2014).

Segundo a Inspetora, dois fatores são cruciais para o aumento da arrecadação do ISS no município. O primeiro refere-se a alterações no código tributário, as quais dão mais condição de pagamento ao contribuinte. O segundo diz respeito à aplicação dos recursos públicos para melhorar as condições dos serviços básicos oferecidos à população. Além disso, diversas outras ações, como as condições impostas pelo mercado imobiliário, por exemplo, contribuíram para o desempenho positivo da arrecadação do IPTU no município.

Quanto às transferências, houve redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos anos de 2009 e 2012 e uma retração da atividade econômica em 2009, possivelmente a crise mundial de 2008 influenciou na queda do repasse. No município de Vitória da Conquista, de modo geral, ao longo do período de 2003 a 2012, houve aumento do FPM. Como o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) compõe o FPM, provavelmente o IPI deve ter maior peso no aumento do FPM, dada a dinâmica da economia brasileira após o período de estabilização do Plano Real.

O Fundo Nacional de Saúde (FNS) decresceu no ano de 2006. Como o Fundo é determinado pela celebração de convênios entre órgãos e entidades, possivelmente a redução dos convênios ou dos termos de cooperação, por motivos diversos, impactou no repasse do volume financeiro destinado ao município de Vitória da Conquista. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) obteve a maior variação acumulada em relação ao FPM e FNS. Essa variação foi na ordem de 258,44% ao longo do período em análise. Tal crescimento pode ser justificado com a política de universalização do ensino adotada em Vitória da Conquista a partir de 1997.

De 2002 a 2012, os gastos com Saúde e Saneamento, Educação e Cultura atingiram um volume financeiro maior, se comparados às despesas com Habitação e Urbanismo e Administração e Planejamento. Tal desempenho reflete um aumento no atendimento das demandas da rede municipal nas áreas de educação e saúde, pois, com a população, cresce também o número de unidades escolares e de postos de saúde.

De acordo com a tabela 2, entre 1997 e 2006 a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista não firmou convênios com o Governo Estadual. Em 2010, foram quatro no total. Durante o período em análise, foram estabelecidos quinze convênios entre essas duas esferas. Já com o Governo Federal, a Prefeitura de Vitória da Conquista realizou cento e noventa e um convênios, entre 1997 e 2006. Algumas políticas são de iniciativa do governo federal, que transfere a execução para as unidades da federação.

**Tabela 2** – Desempenho dos convênios entre as esferas estadual e federal na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, no período compreendido entre 1997 e 2012.

<b>PERÍODO</b>	Estadual	Federal
1997	0	2
1998	0	1
1999	0	-
2000	0	-
2001	0	-
2002	0	4
2003	0	11
2004	0	26
2005	0	20
2006	0	23
2007	1	31
2008	3	31
2009	3	6
2010	4	15
2011	2	9
2012	2	12
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>191</b>

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2014).

A depender da relação político-partidária, a relação entre os governos pode se estreitar. É possível afirmar que existe um alinhamento político da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista com o governo do Estado. As duas esferas são administradas pelo Partido dos Trabalhadores, com o apoio de representantes do município, tanto na esfera estadual quanto federal.

Com base nos postulados de Anselmo (2013), para gerenciar bem os tributos, a administração municipal deve dispor de estrutura tecnológica e de recursos humanos. Nesses termos, a Prefeitura de Vitória da Conquista obteve resultados positivos nas suas ações. Evidencia-se esse fato com o aumento na arrecadação do ISS e IPTU, conforme atestou a Inspectora de Rendas do município. A relação entre os governos federal, estadual e municipal no gerenciamento dos convênios é complexa, na

medida em que a Administração do Desenvolvimento e Distribuição de Renda reconhece a Administração Política como um mecanismo de equacionar os problemas econômicos e sociais dos municípios. É necessário, portanto, avançar na gestão dos convênios, com base nas premissas da Administração Política, para superar as diferenças no número de convênios firmados com o governo federal.

## **5 Desenvolvimento econômico**

A análise demonstrou um crescimento expressivo do PIB durante a gestão do Partido dos Trabalhadores. De acordo com dados da SEI (2014), tabulados pelos autores, o setor de serviços destacou-se na economia de Vitória da Conquista, representando, em média, 80,8% da composição do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1999 a 2011.

Do ponto de vista regional, a administração de Vitória da Conquista não tem implementado políticas para atrair investimentos no que se refere, por exemplo, a incentivos fiscais, embora as ações do município intervenham na economia da região. Na Tabela 3, é possível verificar o desempenho do PIB por setor econômico: agropecuária, indústria e serviços. O destaque na economia é o setor de serviços, cuja soma de valores é superior à dos outros.

**Tabela 3 – Desempenho do PIB por setores econômicos de Vitória da Conquista no período compreendido entre 1999 e 2011.**

Ano	Agropecuária VAB R\$ (MIL)	Var. (%)	Peso (%)	Indústria VAB R\$ (MIL)	Var. (%)	Peso (%)	Serviços VAB R\$ (MIL)	Var. (%)	Peso (%)
1999	R\$ 26.341,60	-	4,27	R\$ 95.495,24	-	15,47	R\$ 495.469,60	-	80,28
2000	R\$ 28.503,52	8,21	4,29	R\$ 102.704,98	7,55	15,47	R\$ 532.790,42	7,53	80,24
2001	R\$ 47.191,04	65,56	6,32	R\$ 103.317,93	0,60	13,84	R\$ 595.992,14	11,86	79,84
2002	R\$ 58.849,57	24,70	6,50	R\$ 121.147,04	17,26	13,38	R\$ 725.645,45	21,75	80,12
2003	R\$ 56.474,72	-4,04	5,69	R\$ 128.891,72	6,39	12,99	R\$ 806.593,12	11,16	81,31
2004	R\$ 50.280,11	-10,97	4,25	R\$ 155.824,01	20,90	13,18	R\$ 976.191,83	21,03	82,57
2005	R\$ 66.682,55	32,62	4,40	R\$ 217.698,89	39,71	14,36	R\$ 1.232.137,12	26,22	81,25
2006	R\$ 78.970,50	18,43	4,73	R\$ 221.955,29	1,96	13,29	R\$ 1.369.484,90	11,15	81,98
2007	R\$ 92.936,17	17,68	4,61	R\$ 251.007,24	13,09	12,44	R\$ 1.673.053,95	22,17	82,95
2008	R\$ 92.994,99	0,06	4,10	R\$ 304.644,86	21,37	13,44	R\$ 1.868.956,56	11,71	82,46
2009	R\$ 107.624,78	15,73	3,88	R\$ 436.696,09	43,35	15,74	R\$ 2.229.363,87	19,28	80,38
2010	R\$ 78.856,34	-26,73	2,62	R\$ 551.199,73	26,22	18,29	R\$ 2.383.239,28	6,90	79,09
2011	<b>R\$ 99.647,81</b>	<b>26,37</b>	3,00	R\$ 596.224,76	<b>8,17</b>	17,93	R\$ 2.629.564,03	<b>10,34</b>	<b>79,07</b>

Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados da SEI - [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br) (2014).  
Obs.: Os dados referentes a 1997, 1998 e 2012 estão indisponíveis.

Um dos indicadores da atividade econômica formal de Vitória da Conquista, a frota de caminhões, registrou crescimento considerável no período de 1997 a 2012, o que, de certa maneira, corrobora o desempenho positivo do PIB, pois é por meio dos caminhões que se realiza o transporte de bens para atender às necessidades do mercado. A grande demanda de caminhões em Vitória da Conquista tem gerado consequências negativas à mobilidade urbana. É necessário, portanto, que a gestão municipal promova melhorias no tráfego de veículos.

O aumento do número de agências bancárias em Vitória da Conquista demonstra a grande movimentação financeira no município, que conta também com uma boa infraestrutura de serviços. A dinamicidade ocorre principalmente quando o portfólio de serviços dos bancos atua em linhas de crédito, o que serve de fomento para o desenvolvimento da economia local. Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a gestão municipal em 1997, a cidade contava com onze agências bancárias. Em 2012, são vinte e uma agências. A grande oferta de serviços financeiros é relevante para atender às diferentes faixas de renda, principalmente da ordem de crédito e investimentos, o que favorece o crescimento econômico.

Como uma forma de aprofundar a análise da gestão do Partido dos Trabalhadores, também pela ótica da atividade econômica formal, principalmente acerca do crescimento econômico de Vitória da Conquista, fez-se o seguinte questionamento ao Gabinete Civil: O governo municipal estabelece diálogo com algum setor econômico?

Desde 1997, a participação popular é uma das ações permanentes do Governo Municipal. Da zona rural à zona urbana, os gestores municipais e os diferentes segmentos da sociedade – dentre eles os agentes relacionados diretamente com o setor econômico, a exemplo dos empresários e comerciantes – dialogam sobre os destinos dos recursos públicos e as intervenções que vão resultar em melhorias para a população.

Permanentemente, as entidades representativas da classe empresarial, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a Associação Comercial e Industrial de Vitória da Conquista, e a



Associação das Indústrias de Vitória da Conquista, dialogam com o governo, apontando soluções, conjuntamente com as secretarias e o Gabinete Civil.

Além disso, o Município conta com uma secretaria específica para lidar com questões dessa natureza: a Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico. Tal órgão desenvolve ações voltadas para a qualificação de mão de obra e incentiva ações de geração de trabalho e renda, como por exemplo, a economia solidária.

Ainda por entender que é fundamental essa parceria, a Administração Municipal tem investido em iniciativas que fortaleçam a economia do município. Um desses exemplos é o Mercado de Artesanato, cuja edificação já está bastante avançada e que comportará pequenos empreendedores, em 240 boxes, da economia solidária, enquanto que o Centro de Comércio Popular abrigará os empreendedores da chamada Feira do Paraguai, com 303 boxes (MELO, 2014).

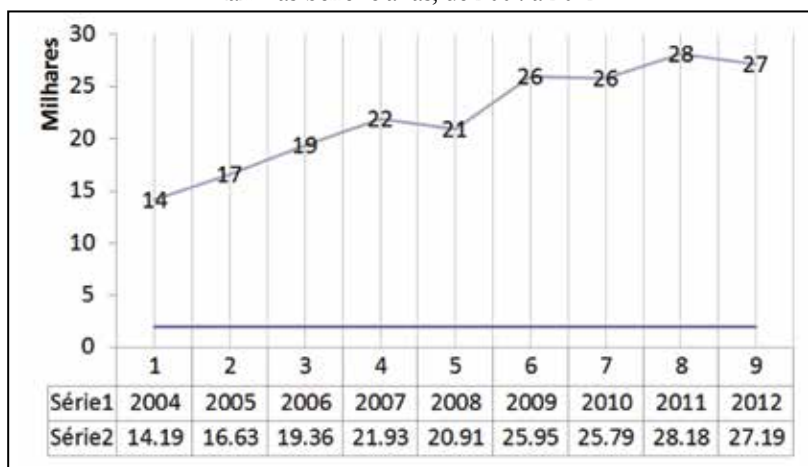
Ao analisarmos os resultados, com base em Mendes e Resende (2008), observamos que, além do cumprimento dos dispositivos legais, promover o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma sociedade é uma atitude intrínseca ao governo. De acordo com o Gabinete Civil da Prefeitura, associar recursos públicos e privados é o estímulo para tais ações. Em Vitória da conquista não há um planejamento voltado para o crescimento econômico do município, o que poderia ocorrer por meio de parcerias com outras esferas de governo ou com a classe empresarial. Existem apenas algumas ações desarticuladas dos setores da economia.

## **6 O desempenho social**

### *6.1 Renda Familiar – Bolsa Família*

Com a proposta de “universalismo”, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no âmbito federal, reconheceu a necessidade de instituir a distribuição de renda no país com menos distorções, ou seja, voltado aos cidadãos em estado de vulnerabilidade social. No município de Vitória da Conquista, o programa iniciou-se em 2004 com o cadastramento de 14 mil famílias, como mostra a Figura 2.

**Figura 2** – Evolução do Programa Bolsa Família – famílias beneficiárias, de 2004 a 2012.



Fonte: Coordenação de Políticas Especiais de Inclusão Social do Programa Bolsa Família (2014).

De acordo com o Gestor do Programa Bolsa Família no município de Vitória da Conquista, Sr. Jaimilton Fernandes Santos, para compreender a evolução no quantitativo de beneficiários, é necessário partir do entendimento de que o governo municipal planejou o processo de cadastramento das famílias. Em 2006, estima-se que 24.431 pessoas (Pnad, 2006) possuíam perfil para o Programa e o município não dispunha de recursos para atender a essa totalidade. Com base no pensamento de Kroetz et al. (2010), nos dias atuais, a preocupação volta-se para a maneira como as pessoas são impactadas pelo crescimento, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano. Tais considerações ajudam a explicar que o crescimento econômico só faz sentido se provocar o desenvolvimento social na sua totalidade.

## 6.2 Educação – IDEB (Resultados e metas)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece regras com a finalidade de organizar o sistema educacional brasileiro em regime de

colaboração. Desse modo, a responsabilidade com a educação seria dividida entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme preceitua o art. 205 da Constituição Federal. Aos municípios compete principalmente oferecer vagas em creches, pré-escolas e no ensino fundamental.

Nas tabelas 4 e 5 abaixo, comparamos o IDEB observado e o IDEB projetado de Vitória da Conquista, da 4ª série ao 5º ano. A tabela 4 mostra que, apenas em 2007, o IDEB observado supera o IDEB projetado. Em 2009 e 2011, o IDEB observado é inferior ao IDEB projetado, ou seja, nesses anos, a qualidade do aprendizado não foi satisfatória.

**Tabela 4 – IDEB da 4ª Série ao 5º Ano – Observado**

Ideb observado				
Município	2005	2007	2009	2011
Vitória da Conquista	3,2	3,8	2,8	3,4

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INEP - [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) (2013).

**Tabela 5 – IDEB da 4ª Série ao 5º Ano - Projetado**

Metas projetadas								
Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Vitória da Conquista	3,2	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5

Fonte: Elaboração pelos autores com base em dados do INEP - [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) (2013).

A discrepância entre o IDEB observado e o IDEB projetado no município de Vitória da Conquista remete à necessidade de (re) formulação das políticas educacionais para elevar o nível da educação. É consenso a ideia de que o alto nível de desenvolvimento de um país, região, estado ou município se estabelece fundamentalmente por meio de uma educação de excelência.

Nas tabelas 6 e 7 abaixo, comparamos o IDEB observado e o IDEB projetado de Vitória da Conquista, da 8ª série ao 9º ano. O IDEB observado de 2007 e 2011 é superior ao IDEB projetado. De modo inverso, em 2009, o IDEB observado é inferior ao IDEB projetado. Conforme revelam os dados, no período analisado, a gestão educacional de

Vitória da Conquista não direcionou o processo de ensino-aprendizagem com efetividade, o que pode ser resultado da falta de planejamento e de pressupostos para elevar a qualidade da educação municipal.

**Tabela 6 – IDEB 8ª Série ao 9º Ano – Observado**

Ideb observado				
Município	2005	2007	2009	2011
Vitória da Conquista	2,4	3,4	2,5	3,2

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do INEP - [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) (2013).

**Tabela 7 – IDEB da 8ª Série ao 9º Ano - Projetado**

Metas projetadas								
Município	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Vitória da Conquista	2,4	2,6	3,0	3,4	3,8	4,1	4,4	4,6

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do INEP - [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) (2013).

Segundo o Secretário Municipal de Educação, o baixo desempenho do IDEB, conforme atestam as Tabelas 3 e 5, resultou de uma decisão da gestão municipal de extinguir a aprovação automática, mecanismo executado pelo município, que consistia na aprovação do aluno para a série seguinte de acordo com a idade. No entendimento da gestão municipal, esse modelo de educação era inadmissível, mas, segundo o Secretário, tal decisão influenciou de forma negativa o IDEB.

Para aprofundar a discussão acerca da gestão do Partido dos Trabalhadores no âmbito da educação, foi entrevistado o atual Secretário de Educação Municipal, Sr. Ricardo Santos Marques Carrera, que respondeu ao seguinte questionamento: Qual é o modelo de educação que o governo do PT pensa e executa para Vitória da Conquista?

Nesse período de 17 anos o principal foco em relação à questão da educação foi a universalização do ensino, tanto que lá atrás, no final de década de 90 Vitória da Conquista tinha um déficit de 10 mil alunos fora da sala de aula, 10 mil crianças e adolescentes sem estudar, em 1997 e 1998. [...] Aproximadamente 10 mil crianças e adolescentes estavam fora da escola porque não tinha vaga,

o município era bem menor, era uma parcela muito grande de estudantes que não conseguiam vaga na escola. [...] Foi feito um trabalho durante todos esses anos, de universalização do ensino, o déficit que havia foi todo vencido, foi superado, hoje nós temos mais de 42 mil alunos na rede municipal, não tem ciência de aluno fora da sala de aula por falta de vaga, inclusive é a orientação principal do Prefeito, surgiu aluno coloca na sala de aula, não cabe mais escola aluga o espaço ao lado, abre mais uma sala de aula. [...] Nós temos pequenos povoados com três, quatro ou cinco alunos, mas a escola é garantida, é mantida. [...] Conseguimos vencer o projeto de universalização do ensino (CARRERA, 2014).

As considerações feitas pelo Secretário Municipal de Educação evidenciam a preocupação da gestão municipal em universalizar o ensino por meio da rede. No início, o governo encontrou um déficit elevado de crianças e adolescentes fora da escola, ao longo da gestão, de acordo com o Secretário, o objetivo de universalização do ensino foi alcançado. Qualquer que seja a política adotada, é condição *sine qua non* a constante melhoria da qualidade do ensino, e não o seu retrocesso. No momento em que a gestão municipal deixou de executar o mecanismo de aprovação automática, algumas ações para promover a qualidade do ensino da rede municipal de ensino deveriam ter sido implementadas, tais como: utilizar dados sobre o aprendizado para embasar atividades pedagógicas; acompanhar de perto, e constantemente, o aprendizado dos alunos; fazer do ambiente escolar um lugar agradável e propício ao aprendizado.

### *6.3 Taxa de mortalidade infantil*

A taxa de mortalidade infantil mostra o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida. Verificada a cada ano, ela é um indicador relevante das condições públicas de saúde e da qualidade de vida da população. A taxa reflete, de modo geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para a saúde materna e para a população infantil de determinado local. Diante das altas taxas registradas

em alguns municípios do Brasil, a redução da mortalidade infantil é uma das oito metas de desenvolvimento do milênio.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), o município de Jaraguá do Sul em Santa Catarina registrou, em 2012, um índice de mortalidade infantil de 4,57%, ou seja, a cada mil crianças, aproximadamente cinco morrem antes de completar um ano de vida. Nos estudos realizados para esta pesquisa, constatou-se que tal índice é um dos menores do Brasil. Desse modo, ações como vacinação das mulheres e crianças, campanhas de amamentação, realização de pré-natal, assistência ao parto, atendimento médico da criança, orientações para uma boa nutrição, saneamento, promoção de habitação adequada, são responsáveis por manter uma taxa de mortalidade considerada baixa.

A Tabela 8 mostra as taxas de mortalidade infantil de Vitória da Conquista, no período de 2006 a 2012. Embora ocorra uma redução contínua a partir de 2009, os índices continuam elevados. Em 2012, por exemplo, registra-se uma taxa de 18,64%.

**Tabela 8** – Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
23,50	23,97	20,21	22,94	21,81	20,55	18,64

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da SESAB/SUVISA/DIS- SIM E SINASC (2014).

Ao compararmos as taxas de mortalidade infantil do município de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, com as de Vitória da Conquista, observamos as dificuldades com que se depara a gestão do Partido dos Trabalhadores para cumprir uma das metas de desenvolvimento do milênio. As políticas adotadas na área da saúde são insuficientes para reduzir as taxas a níveis extremamente baixos.

#### 6.4 Atenção básica – PSF (percentual da população coberta pelo programa)

Em 1994, o Ministério da Saúde criou o Programa Saúde da Família (PSF), com a finalidade de reorganizar a prática da atenção à saúde, bem

como substituir o modelo tradicional. O objetivo foi aproximar as ações de saúde da família, e conseqüentemente, promover melhores condições de vida à população brasileira. O foco do PSF é priorizar ações para prevenir, promover e recuperar a saúde da população de forma integral e contínua. O atendimento ocorre na unidade básica de saúde ou no domicílio e é realizado por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários que fazem parte das equipes de Saúde da Família. É essencial que a gestão municipal estabeleça mecanismos para executar o PSF com excelência. Um desses mecanismos pode ser a ampliação do número de equipes. Como pode ser observado na Tabela 9, o município de Vitória da Conquista não conseguiu atingir toda a população no período entre 2004 e 2009. O percentual máximo de cobertura foi 66,5 % em 2005. Vejamos:

**Tabela 9** – Percentual de cobertura do PSF

2004	2005	2006	2007	2008	2009
63,4	66,5	65,0	64,6	54,4	60,01

Fonte: Elaboração dos autores com base no SIAB. Situação da base de dados nacional em 22/02/2010.

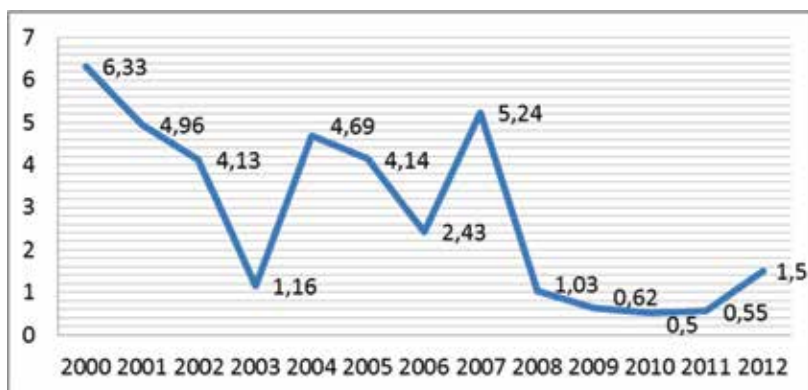
A oferta insuficiente de serviço de saúde resulta em uma demanda maior nos hospitais do município e nas grandes filas para o sistema público. Para a Constituição Federal de 1988, esse é um direito de todos e dever do Estado. Esse direito é garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença, e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Os dados apresentados no que se refere à cobertura do PSF revelam que a gestão municipal de Vitória da Conquista não está cumprindo integralmente o seu dever nesse quesito, situação que remete à discussão da falta de planejamento da administração pública.

#### *6.5 Percentual (%) das despesas com investimentos/despesa total*

O governo municipal é responsável por assegurar a saúde dos cidadãos. Mas esse dever não pode configurar um problema para o

município. Para que o direito à saúde se efetive, o investimento financeiro contínuo é essencial. A Figura 3 evidencia o percentual das despesas com investimentos. Em 2000 e 2001, foram empregados 6,33% e 4,96% em saúde, respectivamente. Depois de 2008, há uma redução contínua e considerável desse investimento, chegando a 0,5% em 2010.

**Figura 3** – Despesas com investimentos/Despesa total (%)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

Para manter os investimentos em saúde em escala crescente, os gestores municipais têm duas alternativas: aumentar o percentual mínimo (15%) regulamentado pela Emenda Constitucional nº 29/2000; utilizar parte do orçamento municipal que não compõe a base de cálculo da referida Emenda. A segunda opção, no entanto, configura-se irregularidade, quando aplicada às transferências vinculadas da União e Estados. Além disso, é pequena a parcela dos recursos exclusivamente municipais que não compõem a base de cálculo para a Emenda. Resta, portanto, a primeira alternativa (SCATENA; VIANA; TANAKA, 2009). Diante de tais considerações, defendemos o aumento do investimento em saúde acima do que é determinado por lei, para assegurar um serviço universal e de excelência a toda a sociedade de Vitória da Conquista.



## **Considerações finais**

Com base nos pressupostos de Santos (2001), analisamos os resultados das finanças públicas e do desenvolvimento econômico em Vitória da Conquista ao longo da gestão do Partido dos Trabalhadores no município. A temporalidade, na sua dimensão teórica, que se refere ao período necessário à execução da finalidade, promover o bem-estar da humanidade, não se verifica na totalidade, visto que o desenvolvimento social não ocorreu na mesma proporção do crescimento econômico. Além disso, foram constatadas descontinuidades administrativas, principalmente na política municipal de educação, quando não se verifica um contínuo crescimento do IDEB, índice que mede a qualidade da educação. Evidenciam-se assim, equívocos da gestão pública na inserção e na condução de políticas educacionais que visem consolidar os saberes para o processo do construto social do município. Não se consolida o desenvolvimento de uma nação sem uma educação de qualidade.

O crescimento do Produto Interno Bruto, bem como o aumento da arrecadação das receitas próprias, também não influenciou o desenvolvimento social. Ao contrário, os problemas identificados nas áreas de educação e saúde demonstram percalços de uma gestão que representa o maior projeto político de continuidade administrativa do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

A análise, cujo formato baseia-se na Plataforma Básica da Fundação Getúlio Vargas, sugere uma interdependência entre os indicadores considerados. À medida que se elevam, as receitas municipais devem ser destinadas a áreas prioritárias, como educação e saúde. No entanto, não se observa essa prática na gestão do PT em Vitória da Conquista, tendo em vista o baixo desempenho do IDEB e a elevada taxa de mortalidade infantil. À luz do pensamento de Kroetz et al. (2010), nos dias atuais, a preocupação é verificar como as pessoas são impactadas pelo crescimento, se os incrementos no produto e na renda estão sendo utilizados para promover o desenvolvimento humano. De acordo com Oliveira (apud KROETZ et al., 2010), o crescimento econômico não é legítimo se não conseguir provocar o desenvolvimento humano (social).

Com base nos indicadores taxa de mortalidade infantil, número de beneficiados no programa Bolsa Família, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Programa Saúde da Família (PSF) e Despesas com investimentos/Despesa total, não obstante o crescimento do PIB, do IPTU e do ISS, falta equidade social em Vitória da Conquista, o município caracteriza-se como um modelo concentrador de riqueza. Tal condição impede o cumprimento efetivo dos direitos humanos e sociais (saúde, educação, combate à desigualdade, entre outros) previstos tanto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 quanto na Organização das Nações Unidas.

De acordo com Mendes e Resende (2008), além do cumprimento dos dispositivos legais, promover o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma sociedade deve ser uma ação intrínseca ao governo. Com base nesse postulado, observamos um desequilíbrio no município baiano de Vitória da Conquista. De um lado, o crescimento do PIB, do ISS e do IPTU. De outro, baixos indicadores sociais. A pergunta é, portanto, qual é a lógica do aumento das contribuições recolhidas aos cofres públicos, se esses valores não se convertem em saúde e em uma educação de excelência para toda a população?

Com este trabalho, nossa pretensão é criar oportunidades de discussão sobre o tema Administração do Desenvolvimento em Vitória da Conquista, ancorada na análise dos atores sociais e políticos, para que haja um avanço nos estudos da relação Sociedade, Estado e Mercado, de modo que outra administração seja possível.

## Referências

- ANSELMO, João Luiz. *Tributo municipal*. Educação fiscal para cidadania. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima; Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), 2013.
- BATISTA, Marivone Ribeiro Vieira. *Marivone Ribeiro Vieira Batista*: depoimento [fev. 2104]. Entrevistador: Danillo Teles de Britto Bispo. Vitória da Conquista: UESB, 2104. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para pesquisa de monografia de curso da especialização em Gestão Pública Municipal da UESB.

BORTOLANZA, Juarez. *Uma contribuição à gestão municipal no estabelecimento de prioridades de melhoria na área social*. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação, Florianópolis, 2005.

CARRERA, Ricardo Santos Marques. *Ricardo Santos Marques Carrera: depoimento* [fev. 2104]. Entrevistador: Danillo Teles de Britto Bispo. Vitória da Conquista: UESB, 2104. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para pesquisa de monografia de curso da especialização em Gestão Pública Municipal da UESB.

COOKE, B. O gerenciamento do (Terceiro) Mundo. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro: FGV/EAESP, v. 44, n. 3, jul./set. 2004.

FUNDAÇÃO GETÍLIO VARGAS (FGV). Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG). *Desenvolvimento local com equidade em municípios de pequeno porte populacional: como utilizar a plataforma básica*. 2010. Disponível em: <[http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/file/Livros/cartilha\\_sem\\_marca\\_menor.pdf](http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/file/Livros/cartilha_sem_marca_menor.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2013.

KROETZ, Marilei et al. Crescimento econômico x desenvolvimento: aspectos do crescimento econômico da região de rio do sul e o reflexo nas questões sociais. *Revista Caminhos*, “Dossiê Gestão”, Rio do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-45, out./dez. 2010.

MENDES, J. M. G.; REZENDE, D. A. A influência dos indicadores socioeconômicos na gestão municipal para o desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambú - MG. *Anais...* Caxambú – MG, 2008.

MELO, Marcio Higino Meira de. *Marcio Higino Meira de Melo: questionário* [fev. 2104]. Entrevistador: Danillo Teles de Britto Bispo. Vitória da Conquista: UESB, 2104. 1 arquivo (doc) 3 páginas. Entrevista concedida para pesquisa de monografia de curso da especialização em Gestão Pública Municipal da UESB.

SANTOS, Elinaldo Leal; SANTANA, Weslei Gusmão Piau. Administração do desenvolvimento: contexto, desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Administração Política*, v. 3, n. 2, p. 75-92, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Administração do desenvolvimento: passado, presente e futuro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO, 1., 2011, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2011.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Vitor Lélío. O campo científico da Administração: percursos e percalços. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO, 4., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Vitor Lélío. Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da ANPAD. *Revista Organização & Sociedade*, v. 23, n. 77, p. 263-284, 2016.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Revista Desenvolvimento em Regional em Debate*, v. n. 1, p. 44-61, 2012.

SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração política. *Revista de Administração Pública. RAP*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 49-77, set./out. 2001.

SCATENA, João Henrique Gurtler; VIANA, Ana Luiza d'Ávila; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Sustentabilidade financeira e econômica do gasto público em saúde no nível municipal: reflexões a partir de dados de municípios mato-grossenses. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, nov. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Sistema de Informações Municipais*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks 2014*. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalRisks\\_Report\\_2014.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2014.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

*Recebido em abril de 2015.  
Aprovado em dezembro de 2015.*